

Persistem os maiores determinantes da recessão - (1)

Wilson Cano (*)

Este quarto e consecutivo ano de crise está-se tornando tão insuportável que algumas pessoas insistem em afirmar que "já passamos o pior" e que alguns fatos recentes constituem inequívocos sinais de recuperação.

Basicamente, valem-se da informação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) de que a produção industrial brasileira em janeiro de 1984 foi 3,5% maior do que a de janeiro de 1983 e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), cujas pesquisas apontam para um aumento de 4,3% no indicador de Nível de Atividades (INA) no mesmo período. Corroboram suas esperanças com a informação do considerável aumento das exportações de produtos industrializados no primeiro bimestre deste ano, em relação a idêntico período de 1983. Ainda aludem para o desempenho das safras agrícolas, como estimulante da demanda efetiva.

A cifra da FIBGE nada mais representa do que um aumento comparado da produção de janeiro de 1984 com a de janeiro de 1983. Contudo, esta última cifra serviu também no ano passado para iludir alguns incertos: era 0,8% maior do que a de janeiro de 1982, fazendo com que alguns pensassem no início da recuperação... A partir de março/abril de 1983, porém, a realidade do aprofundamento da crise foi maior do que a ilusão estatística!

O indicador da FIESP (INA), não custa repetir, é um índice ponderado pela

a 0,7%, assim mesmo sobre janeiro de 1983.

Não é demais lembrar que a FIESP também divulgou as cifras sobre pessoal ocupado e horas trabalhadas na produção. O primeiro, em janeiro último, aumentou 0,01% em relação a dezembro de 1983, porém, se excluirmos esse mês, aquela cifra é a mais baixa desde 1975. O segundo indicador apresentou cifra inferior à de dezembro e constitui, até janeiro, a menor cifra desde 1975. É bem verdade que outro indicador sobre emprego (FIESP-DECAD) revela aumento da ocupação em março, contudo são cifras ainda muito pequenas e não suficientemente analisadas (quais setores aumentaram, que tipos de empresas, que produtos, etc.) para que se possa concluir a questão. O aumento da capacidade utilizada, 72,5% em janeiro diante de 71,7% em dezembro, também não possibilita conclusões maiores e definitivas sobre a propalada recuperação.

Parece não residir dúvida de que o aumento das exportações de produtos in-

dustrializados em 1983 impediu que a queda verificada na produção da indústria de transformação (algo em torno de 6%) fosse maior. Seu efeito direto — tomada a relação exportação/produção de 0,1 para a indústria — teria sido em torno de 1,2%, o que nos permite deduzir que a demanda interna industrial se contraiu em torno de 7,2%. Contudo, isto não se fez graciosamente. Comparados os anos de 1983 e de 1982, esse aumento se fez à custa de consideráveis reduções de preços externos. O quantum exportado de manufaturados aumentou 35,6%, mas o valor cresceu apenas 8,3%, representando queda no valor médio de 22%. As cifras para os semimanufaturados foram, respectivamente: 39,3%, 22,4% e queda de 19,0%.

Portanto, além de representar desvio do mercado interno para o externo, essas exportações drenaram renda real do País para o exterior.

Examinemos mais detalhadamente alguns fatos mais relevantes para a questão da recuperação.

1. Sondagem conjuntural para o 1º trimestre de 1984. Esta sondagem, feita em janeiro por Conjuntura Econômica, dá como resultado estimativas não promissoras. Para a indústria de transformação, aponta para uma queda ainda maior da procura (38% dos informantes) ou para uma estabilização (42%). Apesar de 20% dos informantes achavam que a situação iria melhorar.

As informações sobre as expectativas dos empresários a respeito de seus projetos de investimentos não deixam margem a dúvida: na maior parte dos ramos industriais, o investimento em 1984, descontada a inflação, seria inferior ao verificado em 1983.

No que se refere à construção civil, as respostas ponderadas estimavam uma queda de 6% no nível de emprego do setor.

2. Recuperação versus política recessiva. A quinta carta de intenção ao FMI não deixa margem a dúvida sobre a questão: restrição monetária e creditícia; manutenção da correção monetária emparelhada ao

IGP; manutenção do câmbio competitivo; superávit operacional do orçamento público federal; término em abril de 1985 dos incentivos às exportações (crédito-prêmio); ameaça de envio ao Congresso de uma nova lei de tarifas "menos restritiva", etc.

Em suma, continua a perseguir cortes na demanda efetiva, ao mesmo tempo que não ataca corretamente o problema da divida externa e da interna, não enfrentando, portanto, o da inflação.

Assim, e por paradoxal que possa parecer, uma recuperação não encontra nenhum respaldo do atual governo, antes pelo contrário.

3. A estrutura industrial atual. Após a implantação da indústria pesada em 1956-60, a estrutura industrial do País modernizouse, adquirindo maior complexidade, aumentando consideravelmente as relações interindustriais. Após os grandes investimentos de ampliação e/ou modernização da capacidade produtiva durante o período 1968-74, o número de "clãros" da matriz industrial diminuiu ainda mais.

Significa isso que hoje temos uma estrutura mais complexa do que a de 1968. Isto teria várias significações importantes:

- a estrutura hoje é mais vulnerável às crises;
- seus requisitos de importações não podem ser drasticamente reduzidos. Uma política de "substituição de importações" é hoje de difícil realização, com menores chances de criar "demandas novas";
- c) requer permanente atualização tecnológica.

Portanto, a dependência que essa estrutura hoje tem em relação a um elevado nível de investimento é muito maior. Contudo, o horizonte atual da crise não permite maiores incentivos à retomada das inversões.

Por isso é que temos falso sobre o grave risco de obsolescência que essa indústria corre.

Para quem precisa redimir os pecados da dívida com crescentes exportações, eis aí uma crucial questão... (continua)

(*) Professor de Economia da Unicamp.

evolução do seguinte: folha de salários e vendas deflacionadas, horas trabalhadas na produção e consumo de energia elétrica. A própria FIESP já informou a opinião pública que, se expurgados os 4,3% desse indicador, do aumento do consumo de energia elétrica e das horas de produção, sua dimensão se reduziria